

Conferência reprová brutalmente nos desalojamentos

Semanário Angolense

De 7 à 14 de Agosto de 2010

Realizada sob o signo de promoção do direito à habitação, entre os dias 29 e 31 de Julho, na cidade de Benguela, a Conferência “Não Partam a Minha Casa” condenou a “forma brutal” como as autoridades angolanas têm levado a cabo o desalojamento de famílias alegadamente em reservas fundiárias, realojadas, regra geral, em péssimas condições de sobrevivência. Os mais de duzentos delegados, representantes de várias organizações da sociedade civil, entre as quais as entidades promotoras, defenderam, em resposta ao quadro actual, uma estratégia nacional de integração e prevenção de desalojamentos forçados. Os conferencistas, oriundos de Benguela, Luanda, Kwanza Sul, Lunda Sul e Huíla, as províncias mais afectadas, apelaram ao respeito e promoção do direito à habitação condigna. Concluíram ser necessária a integração das comunidades, por via da estratégia de prevenção de desalojamentos, em movimentos globais afins, na perspectiva de uma política habitacional sustentável. Desta forma, dizem os participantes, mais facilmente Surgem espaços comuns de debates e trocas de experiências em relação a instrumentos nacionais, regionais e internacionais sobre a matéria. “Exigimos a solução do problema dos realojados em situação precária, lê-se no comunicado final da Conferência, que louva, por outro lado, a distribuição de parcelas de terras para a autoconstrução dirigida no bairro da Graça, arredores de Benguela. Por esta razão, membros de comunidades vítimas de demolições, académicos e organizações da sociedade civil vêem na medida do executivo do general Armando da Cruz Neto um incentivo aos demais governos provinciais. Experiências internacionais apresentadas ao logo dos três dias de acesos debates mostraram que a resistência a desalojamentos forçados tem vindo a aumentar, variando conforme o contexto de cada país. Unânimes, convidados provenientes de países como Portugal e Brasil disseram que a resistência tem de ser acompanhadas de propostas direccionadas às autoridades. Para além das conclusões, a Conferência “Não Partam a Minha Casa” produziu um plano de acção que contempla uma maior articulação entre as comunidades e os órgãos de informação. Apresentado pelo Engenheiro José Patrocínio, coordenador da OMUNGA, um dos promotores, o plano prevê uma regular distribuição de cartas com conteúdos que exigem o respeito pelo direito à habitação, sendo os destinatários as administrações comunais, municipais e a Assembleia Nacional e o Presidente da República. Comunidades de Luanda, de acordo ainda com José Patrocínio, têm em perspectiva uma marcha de protesto até ao Governo. Provincial, inserida numa campanha internacional que pretende alcançar soluções para os realojados de forma precária